

## O CONSERVADORISMO POLÍTICO COMO PROPEDEÚTICA NO PROCESSO DELIBERATIVO SOCIOPOLÍTICO:

### Da Natureza humana ao Caráter Maleável do Conservadorismo Político

#### *POLITICAL CONSERVATIONISM AS A PROCEDURE IN THE DELIBERATIVE SOCIO-POLITICAL PROCESS:*

#### *From Human Nature to the Malleable Character of Political Conservatism*

JEAN MARCEL DUARTE<sup>1</sup>

**Resumo:** No presente artigo pretendemos apresentar quais são as bases do conservadorismo político e demonstrar que através de uma consciência dos limites da natureza humana, do aconselhamento com a “sabedoria sem reflexão” e de reformas prudentes, o conservadorismo político pode ser útil para as sociedades multiculturais na busca por ordem, e estabilidade social.

**Palavras-chave:** Conservadorismo. Político. Moderno.

**Abstract:** In the present article we aim to present the basis of political conservatism and to demonstrate that through an awareness of the limits of human nature, advice with "wisdom without reflection" and prudent reforms, political conservatism can be useful for multicultural societies in society. search for order, and social stability.

**Keywords:** Conservatism. Political. Modern.

### 1. Introdução

No que se refere à política nacional brasileira, podemos perceber claramente que estamos na década dos “ismos”. Nunca se falou tanto em Fascismo, Socialismos, Liberalismo, Conservadorismo e etc. Estes termos são comumente empregados sem o mínimo de preocupação etimológica e conceitual, e por vezes são associados a pessoas

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Filosofia (Licenciatura) pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Lattes: [lattes.cnpq.br/2438367226382758](https://lattes.cnpq.br/2438367226382758) E-mail para contato: [jean\\_guiu@hotmail.com](mailto:jean_guiu@hotmail.com) Telefone: 53 984635071.

com as quais não correspondem. Parece-nos que de todos os termos usados para denominar os sistemas morais e políticos o mais mal utilizado é o do Conservadorismo. Pensando nisto, decidimos por expor este conceito ao leitor e demonstrar como ele pode ser um grande auxiliar no processo deliberativo.

Frequentemente vemos pessoas vinculando o conservadorismo á práticas odiosas como o racismo, homofobia, xenofobia, entre outras. No imaginário popular, a ideia que se tem sobre o pensamento conservador, é a de uma “ideologia” preconceituosa, atrasada, retrógrada, que visa beneficiar os poderosos em detrimento dos mais pobres, mantenedora do status quo e defensora de uma sociedade estamental. Muitos tentam tornar o Pensamento Conservador um sinônimo de tudo que há de ruim em nossa sociedade contemporânea, mas se nos debruçáramos de maneira filosófica sobre este conceito, encontraremos respaldo para tal posição?

O Conservadorismo Político se movimenta tendo como fundamento o conceito de “dignidade da pessoa humana”, por conseguinte, ele jamais poderá compactuar com as práticas odiosas citadas á cima. Com isto, não queremos dizer que não existam conservadores racistas, homofóbicos e xenófobos, pois lamentavelmente pessoas com este tipo de “pensamento” estão espalhadas por todo o espectro político, mas queremos dizer que este tipo de prática de maneira alguma está alicerçada em princípios da “filosofia conservadora”, isto é, o termo “conservadorismo” é polissêmico, todavia, isto não corrobora a tese de que a teórica conservadora financie estas atrocidades, pelo contrário, o conservadorismo político tem muito a contribuir na luta contra o preconceito étnico e na acomodação de diferentes valores em uma mesma sociedade. Por isto, se faz necessário que tratemos este conceito com a devida vênua e o analisemos com o rigor que a filosofia usualmente trabalha. De maneira séria e compenetrada, demonstraremos que o pensamento conservador em nada tem a ver com as caricaturas que foram construídas pelos seus rivais ideológicos, mas ao contrário, é uma ferramenta útil no processo de tomada de decisões.

## 2. A Natureza Humana

O pensamento rousseauiano de que “o homem nasce bom, e a sociedade o corrompe” é sem dúvida nenhuma, o aporte teórico que inspirou e influenciou a Revolução Francesa (1789). E é neste contexto de Revolução Francesa que o “pensamento conservador”

se estabelece enquanto opositor ao agir revolucionário. É com filósofo iluminista Edmund Burke (1729-1797) em sua obra-prima, *Reflexões sobre a Revolução na França* (1790) que o conservadorismo ganha robustez e se estabelece enquanto pensamento político. Segundo o parlamentar britânico, toda prática revolucionária francesa esta alicerçada em uma ideia de que o Estado é protagonista e os indivíduos são coadjuvantes. Sendo função do Estado, aperfeiçoar a humanidade através da libertação do homem obtida pela absolutização dos “direitos dos homens”. Deste modo o Estado sempre irá direcionar os objetivos sociais de maneira a justificar seu próprio poder. Entretanto, toda essa “criatividade social” não obteve os resultados esperados, pois, o ideário revolucionário carecia de subsidio empírico. Para Burke, a Revolução Francesa foi a ascensão do coletivismo em busca de um paraíso futuro através do sacrifício da tradição e da sociedade presente;

Nessas reuniões de toda espécie, todo conselho, na proporção em que é ousado e violento e traiçoeiro, recebe a marca do gênio superior. A humanidade e a compaixão são ridicularizadas como os frutos da superstição e da ignorância. Ternura a indivíduos é considerada traição ao público. A liberdade é sempre vista como perfeita, conforme a propriedade se torna insegura. Em meio a assassinatos, massacres e confiscos, perpetrados ou mediados, eles estão formando planos para a boa ordem da sociedade futura. Envolvendo em seus braços as carcaças dos piores criminosos e promovendo suas relações com base em seus crimes, eles dirigem centenas de pessoas virtuosas para o mesmo fim, forçando-as a subsistir pela mendicância ou pelo crime. (BURKE, Edmund, 2017, p. 115).

A teoria dos revolucionários franceses só seria funcional se Rousseau (1712 - 1778) estivesse correto quanto à natureza humana, mas o iluminista irlandês discorda da interpretação que Rousseau fez da mesma. O “ceticismo”, principalmente quando direcionado á natureza humana tem uma função basilar no pensamento de Burke. Para o ele, o ser humano é naturalmente imperfeito, mas é importante salientar que nos referimos á uma imperfeição intelectual e moral, e não á uma imperfeição bíblica teológica. Partindo deste ponto, é incoerente concebermos a ideia de que um estadista tenha capacidade intelectual e moral para resolver “todos os problemas sociais e políticos de uma sociedade”. É lógico: uma pessoa, intelectualmente e moralmente imperfeita, não poderá, de maneira alguma, construir uma teoria perfeita. Todavia, isto não significa, em hipótese alguma, que o Estado deve desistir de procurar a solução dos problemas sociais e políticos, mas significa que devemos estabelecer um objetivo realístico para as ações do Estado, pois se trabalharmos com metas irreais estaremos em alguma medida, justificando uma atividade governamental que no futuro acabará com as liberdades individuais. Tal posição pode dar a entender que o pensamento conservador exclui a razão do debate político, contudo, acreditar nisto é um erro. Pois, o conservador acredita que a razão é de suma importância para a vida política, todavia, ele ataca

o “racionalismo” praticado pelos revolucionários quando direcionado a resolução dos conflitos que envolvem as questões práticas de uma sociedade. Por “racionalismo”, devemos entender a prática de tentar calcular, explicar e posteriormente, prever todos os fenômenos que envolvem a conduta humana; tarefa esta, que para um conservador é impossível, já que os seres humanos são livres e o exercício desta liberdade torna impossível o cálculo preciso das ações humanas, isto é, mesmo que em um mundo teórico os termos se encaixem isto não significa que no mundo empírico estas práticas se reflitam, pois “a contingência é intrínseca a atividade política”. Sobre isto, o cientista político, João Pereira Coutinho<sup>2</sup>, em seu livro *As ideias Conservadoras – explicadas a Revolucionários e Reacionários* nos diz;

Foi essa confiança cega na “teoria”, e apenas na “teoria” que levou Alexis de Tocqueville (1805-1859) a denunciar nas páginas de *O Antigo Regime e a Revolução* (1856) a criminosa ambição dos revolucionários de fazerem uma constituição de acordo com as regras da lógica – e não com a observação, prudência e experiência, que são virtudes insubstituíveis do exercício político. Aqui residia o problema fundacional da Revolução Francesa: confundia a política com um cálculo matemático; e os seres humanos de uma comunidade real com enunciados de uma mera equação. Tudo em nome de um estado perfeito que, obviamente, existia apenas na cabeça dos filósofos. (TOCQUEVILLE, 1856 APUD COUTINHO, 2014, p.36).

Sendo assim, um governante não tem condições de dizer quais são as ações que os indivíduos devem praticar em sua vida privada (desde que não firam o princípio de dignidade da pessoa humana), por esta razão, os conservadores defendem que o Estado deve agir na diminuição dos danos, e busca da estabilidade social e da ordem pública, propósitos estes que serão alcançados de maneira segura através de um processo de sucessão de erros e acertos ocorridos ao longo da história. Visto que, é dentro de uma sociedade estável e segura que os indivíduos têm maiores chances de viverem suas vidas segundo aquilo que eles mesmos julgam ser o melhor para eles. Desta forma, fica claro o forte compromisso empírico do conservadorismo político, assim, rejeitando qualquer tipo de basilaridade abstrata para subsidiar o debate sobre as questões políticas.

### 3. O Aspecto da Ideologia Posicional

O conservadorismo político é uma “ideologia reativa-posicional”, isto é, o conservador não é propositivo em sua conduta política, mas é reativo sempre que percebe que os fundamentos da sociedade estão sendo ameaçados, sempre fundamentando suas posições nos aprendizados anteriores e nas particularidades das circunstâncias atuais; “As

---

<sup>2</sup> Cronista e ensaísta. João Pereira Coutinho é licenciado em História pela Universidade do Porto, e doutor em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Católica Portuguesa.  
Fonte: <http://www.jpcoutinho.com/sobre-joao-pereira-coutinho/>

circunstancias (que para alguns senhores não significam nada) são as responsáveis por dotar, na realidade, todos os princípios políticos de sua cor e efeito distintivo” (Burke, 2017, p.32). É na observação atenta e “prudente” das circunstâncias que um estadista deve deliberar. O pensamento conservador é contrário às “ideologias transtemporais” - que se propõem a solucionar todos os problemas políticos e sociais independente do tempo sempre com a mesma solução –, não existe uma cartilha de ações propositivas pré-estabelecida para que um estadista possa guiar suas ações, pois é na singularidade das circunstâncias que esta o espaço de manobra de um governante. O conservadorismo político é por essência “maleável”: dependendo das circunstâncias ele pode decidir por executar uma ação proposta originalmente por um progressista, mas em outra determinada temperatura e pressão, pode decidir por uma ação de cunho liberal;

De um estadista espera-se, em primeiro lugar, que ele conheça as circunstâncias nas quais se inscreve a possibilidade de ação política. São elas que apontam para a desejabilidade (ou não) de determinados cursos de ação. Conforme escreveu Berlin, ao defender o “sentido da realidade” que deve presidir à atuação política – essa capacidade para entender realidade *tal como ela é* e não como *deveria ser* à luz dos nossos projetos, desejos ou sentimentos particulares – o estadista “realista” não surge perante a comunidade “possuído pelo seu brilhante e coerente sonho” e interessado em submeter todos a esse sonho, que para muitos poderá transfigurar-se em pesadelo. De um estadista espera-se, antes que ele seja capaz de captar as “permanentes mutáveis cores dos acontecimentos e os sentimentos e as atividades humanas”: é essa capacidade para valorizar a singularidade que determina a natureza singular da sua ação. (BERLIN APUD COUTINHO, 2014, p.45).

“Não existe nenhum problema em optar por tomar uma “decisão progressista” ou “liberal” quando elas se mostram úteis para resolver determinada situação” (COUTINHO, P. 46). É justamente essa maleabilidade presente no pensamento conservador que contribui para que nações consigam manter a estabilidade do tecido social e a evolução ou manutenção de seus quadros econômicos, pois o coração das revoluções políticas e sociais é a insatisfação do povo com as decisões tomadas por seus representantes. Representantes distantes de seus representados tendem a deliberar em causa própria e não em benefício do povo, fortalecendo monopólios e oligopólios e enfraquecendo a democracia, por isto a “maleabilidade conservadora” é fundamental em uma democracia. A articulação é uma das principais armas de um bom estadista. Isto não quer dizer que um estadista deva ser um indivíduo adepto a negociações e a conchavos, mas que ele deve ouvir todos os entes políticos antes de tomar uma decisão, pois nem sempre a solução usada para solucionar alguns problemas poderá também ser usada para resolver outros. Nem tão pouco quer dizer, que ele deva abandonar seus princípios filosóficos para a solução de determinado problema, já que o estado existe justamente para resolver problemas e fazer com que a população consiga viver bem segundo

seus próprios modos de vida. E este viver bem, só é possível na harmonia entre todos os valores e instituições, Por esta razão, priorizar a igualdade ou liberdade de maneira universal e atemporal é um erro grave, segundo o conservadorismo político, já que para o mesmo, valorizar em demasia um único valor específico não ira contribuir para a ordem social, visto que, de nada adiantaria ter liberdade e não possuir também segurança, ou ter segurança e não ter acesso à saúde e assim sucessivamente, deste modo – sem equilíbrio entre os valores – nenhum valor seria benefício.

#### 4. O Aspecto da Conservação

Os conservadores tendem á conservar todos os valores e as instituições naturais que ajudaram na subsistência da espécie e na manutenção do vínculo de uma geração com a outra. Os valores e instituições aos quais nos referimos surgiram de forma espontânea e se desenvolveram através do “hábito”, passaram de geração em geração e são considerados úteis para as sociedades porque foram aprovados no “teste do tempo” e porque não ferem o princípio de correção conservador. No livro já citado, Coutinho – através de uma citação de Sir Roger Scruton (1944) - demonstra qual é o tipo de tradição que realmente interessa a um conservador:

É evidente que muitas “tradições” – Scruton dá como exemplos a dança escocesa ou certos códigos de vestuário – São tradições no sentido prosaico do termo, assim criadas e mantidas por comunidades particulares: alguém pensou em iniciar um ritual, e esse ritual foi continuado pelos que vieram a seguir por razões práticas ou lúdicas. Mas as “tradições” que importam a um conservador não são apenas as que resultam ou resultaram de um ato consciente de criação humana. As tradições mais profundas foram emergindo naturalmente, o que significa que elas foram sobrevivendo naturalmente porque sucessivas gerações encontraram nelas vantagens que aconselharam a sua manutenção. (SCRUTON APUD COUTINHO, 2014, p.58-59).

Aqui, fica explicito o caráter prático da tradição, ou seja, não devemos conservar uma tradição porque ela simplesmente nos agrada enquanto indivíduos, mas porque ela é benigna no tocante ao bem viver da humanidade; é porque “sentimos” que gostamos dela que devemos conserva-la. As conservamos, porque para um conservador a sociedade é uma espécie de contrato:

Trata-se do momento em que Burke se refere à sociedade política como um “contrato”. No entanto, o autor se apressa a especifica de que “contrato” se trata: não de um contrato de natureza comercial, que pode ser dissolvido pela mera vontade das partes. É não será também um “contrato” no sentido político (e contratualista) moderno, entendido como vínculo conscientemente estabelecido entre governantes e governados que funcionará como base da atuação política legítima. Para Burke, a

sociedade será antes um contrato “entre os vivos, os mortos e os que estão para nascer”. (BURKE, 2017 APUD COUTINHO, 2014, p.61).

Neste sentido, o conceito de “contrato” apresentado por Burke trás ao indivíduo uma ideia de continuação e de finitude, visto que, entendendo o homem sua pequenez e sua falibilidade intelectual e moral, tenderá a confiar mais nas respostas que venceram o teste do tempo que em suas elucubrações. Quando revestido pelas vestes do Estado o indivíduo tem suas atividades facilitadas, já que na hora da deliberação ele pode recorrer a “sabedoria sem reflexão” e assim ter uma cartela maior de informações e opções para se aconselhar. Pessoas importantes pensaram coisas importantes antes de nosso tempo, descartar isto é ficar refém das descobertas do presente e sem uma perspectiva favorável de futuro.

Diferentemente da religião que é fundamentada no transcendente, vimos que o conservadorismo político não se apega a preceitos abstratos para fundamentar sua posição, mas a uma percepção cética da natureza humana. Tanto o é, que na página 58 do livro *As Ideias Conservadoras*, Coutinho diz: “E são inúmeros os autores que, sobre o Conservadorismo, estabelecem comparações entre a sobrevivência das tradições em sociedade e a teoria darwinista em que os seres mais adaptáveis sobrevivem à seleção natural”.

Alguns conservadores tem uma visão mais religiosa sobre as questões sociais, por exemplo: existem alguns conservadores que defendem que a base social e política de uma comunidade deve ser o cristianismo, porém, existem conservadores ateus, por conseguinte, isto significa que ter uma postura conservadora é mais que ter uma postura religiosa, é estimar e proteger um legado que sem o qual nós não seríamos nós mesmos, também por isto, o conservadorismo político é realístico e não metafísico. Umas das maiores - e talvez uma das mais úteis - características do conservadorismo político é a “secularização da política”. A religião é de suma importância para um conservador – no ocidente -, principalmente a Cristã, pois, no ocidente a religião Cristã foi o elo que manteve o povo unido depois da queda do Império Romano e até hoje exerce esta atividade, ou seja, todos os avanços conseguidos pelo ocidente desde a queda do Império Romano só foram possíveis por causa do sentimento de pertença que a religião Cristã fomentou em cada indivíduo, não obstante, em uma sociedade moderna, onde todos os indivíduos têm os mesmos direitos e deveres, as leis não podem estar subsidiadas única e exclusivamente na religião. Em outras palavras, não existe mal no fato de uma lei ser apoiada pela religião, mas a lei não deve ser fundamentada em preceitos exclusivamente religiosos, pois em uma sociedade democrática de direito, uma pessoa não pode ser forçada – nem por força de lei – a praticar uma ação de selo religioso contra a sua

vontade. Em linhas gerais, segundo o conservadorismo político, a religião deve ser estimada pelo seu caráter institucional social, para que indivíduos tenham onde depositar sua fé e esperanças, e não tentem usar da política para realização de seus “sonhos metafísicos”.

Todos os indivíduos conservam alguma coisa, pelo menos, conservam as coisas que estimam; existe certa “disposição” natural que nos impulsiona a preservar aquilo que nos é útil de alguma forma, seja porque nos ajuda a sobreviver, porque nos ajuda nas questões que envolvem a alimentação e segurança, ou porque nos trás alegria, isto é, nós naturalmente conservamos aquilo que julgamos bom. Não conservar aquilo que estimamos, seria deixar a duração de nossa segurança e felicidade nas mãos do acaso, já que o objeto que nos propicia tal acesso pode ou não estar ao nosso alcance quando se fizer necessário, portanto, o mais prudente é manter por perto tudo aquilo que julgamos proveitoso, isto é, confiar naquilo que vem dando certo até então, mas sem perder os avanços de vista.

No que concerne à conservação de valores, existem alguns que são universais e que atravessam os séculos; os chamados “valores primários”. Eles laboram como guias morais para todas as sociedades civilizadas e estão presentes em quase todos os grupos sociais. A defesa da “vida”, da “fidelidade” da “amizade” e do “cumprimento de contratos”, deve ser entendida como exemplos de valores primários que sem os quais toda sociedade civil pereceria. Sobre o conceito que hoje chamamos de “ligação intergeracional”, Burke nos diz:

Mas um dos primeiros e mais importantes princípios em que se consagram a comunidade e as leis é – para evitar que os possuidores temporários e inquilinos vitalícios, indiferentes ao que receberam de seus antepassados ou ao que é devido á sua posteridade, ajam como se fossemos mestres absolutos – não contar entre direitos interromper ou depedrar sua herança destruindo a seu bel-prazer toda a estrutura original de sua sociedade arriscando deixá-la para que os sucedem uma ruína em vez de uma habitação - e ensinando a esses sucessores a respeitar tão pouco suas invenções quanto eles mesmos respeitaram as instituições de seus antepassados. Por conta desta facilidade desregrada de mudar o Estado tantas vezes e com tanta intensidade, e de tantas maneiras quanto há fantasias ou modas passageiras, toda a cadeia e continuidade da comunidade estaria despedaçada. Nenhuma geração poderia ligar-se a outra. Os homens seriam pouco melhores que moscas de verão. (BURKE, Edmund, 1790, p. 152, 152).

Além dos valores primários existem também os “valores secundários”; sendo estes últimos, de caráter singular, isto é, cada localidade tem leis, hábitos e costumes próprios que ajudam a compor sua estrutura. O Brasil, por exemplo, é um país que carrega o pluralismo étnico em seu DNA. Desde antes do descobrimento o Brasil já era plural; diversas tribos habitam o território brasileiro antes de ele ter este nome. Tribos que tinha costumes



totalmente diferentes umas das outras, e que em muitos casos não sabiam da existência de outras pessoas no além-mar, foram surpreendidas pela chegada dos europeus e depois com a trazida dos africanos para este território, por conseguinte, uma localidade que já era plural se tornou ainda mais diversa. Assim, toda tentativa de extermínio da pluralidade brasileira, deve ser entendida por um conservador como uma ameaça a um valor – diversidade - que deve ser conservado, pois, compõe a herança estrutural deste lugar. Este é um exemplo de postura conservadora que se aplica a este local, dado a esta realidade, pois em algum outro território qualquer, com características diferentes às do Brasil, um conservador pode ter uma posição diferente, já que o mesmo faz parte de uma corrente “ideológica posicional”. “Crimes”, “infidelidade” e “fome”, são exemplos de “males primários”, isto é, são vistos como males por quase todas as sociedades, logo, devem ser universalmente combatidos, porque a presença deles em grande escala pode fazer uma comunidade antes próspera, sucumbir na desordem. Por conseguinte, toda tentativa revolucionária de apagar esta ligação intergeracional tenderá ao fracasso, pois, as pessoas são naturalmente inclinadas a defender suas tradições.

## 5. O Aspecto da Mudança

Se o Conservadorismo não conserva tudo que existe, isso significa que ele admite a ideia de mudança. Burke crê que a mudança é *sine qua non*<sup>3</sup> para a conservação, pois um Estado sem mobilidade social, ineficiente, que governe sobre princípios abstratos e que não atenda às necessidades reais de seu povo, será um eterno refém das ideias revolucionárias. O conservadorismo político é uma teoria “antirrevolucionária”, pois nega que as mudanças morais e políticas devam ser realizadas de maneira abrupta, porque se forem praticadas deste modo, a comunidade ficará sem referencial algum para tomar suas decisões, e o sentimento de pertença que é caracterizado por unir os membros de uma comunidade se extinguirá. É nos valores e instituições “consagrados pelo uso” que uma comunidade orienta sua conduta. As ações revolucionárias têm como um de seus objetivos acabarem com a ligação intergeracional e posteriormente com seus efeitos. Pois, entendem que pelo fato de terem atravessado os séculos, as tradições se tornam obsoletas e prejudiciais, assim, fazendo-se necessário algum tipo de mudança drástica, e também porque é praticamente impossível construir uma nova sociedade, com novos costumes, política e economia sobre uma sociedade fortemente ligada por a tradição. Mesmo que os revolucionários interpretem que as

<sup>3</sup> Condição sem o qual não.

Fonte: <https://www.dicionariodelatim.com.br/conditio-sine-qua-non/>

tradições não são as culpadas pelos males contemporâneos, a busca por uma sociedade perfeita justificaria qualquer espécie de dano ao patrimônio que foi passado através das gerações.

O termo “conservador” é constantemente ligado ao indivíduo que deseja a todo custo travar as mudanças sociais e políticas, pois tem medo que estas mudanças ameacem suas “preciosas tradições”. Posicionar-se desta forma é um erro grosseiro. Pois, como já expomos à valorização que um conservador faz da tradição se dá por uma questão de utilidade para a humanidade e não por um apego emocional. Sendo assim, tal crítica deve ser direcionada aos “imobilistas”, já que os mesmos acreditam piamente que o melhor para sociedade civil, seria que ela se mantivesse estagnada em um momento específico da história, mantendo inclusive os vícios que estão presentes naquela latitude, longitude, temperatura e pressão, e não aos conservadores, que por outro lado, acreditam que é possível conservar sem impedir as mudanças.

Confundir o conservador com o imobilista não é o único equívoco cometido pela maioria das pessoas quando se referem ao conservadorismo, pois, o mesmo também é comumente confundido com o “reacionário”; sujeito que acredita que o melhor para a sociedade civil é voltar para um passado idealizado onde tudo era perfeito e as possíveis mazelas existentes seriam pequenas gotas de óleo em meio à água cristalina. Neste caso, o argumento usado para diferenciar o conservador do imobilista também vale para diferenciar o conservador do reacionário, isto, sem contar o fato de que um conservador já mais concordaria com essa ideia de retorno a um “passado glorioso”, porque ele entende a sociedade como um organismo vivo, sendo assim, tem vida própria e não pode ser conduzida conforme a vontade de um estadista: é impossível desligar um povo de sua tradição, porque todo indivíduo foi criado dentro de uma. Dito isto, demonstramos que o conservadorismo político é altamente antiutópico; rejeita tanto as utopias que tentam levar a sociedade para um futuro perfeito, quanto as que tentam manter a sociedade estagnada e as que sonham conduzir o povo para um passado glorioso. Embora tenha algumas características “similares” as do reacionário e as do imobilista, o conservadorismo é distinto dessas posições.

Como aludimos, as mudanças não devem ser realizadas conforme a vontade do governante e nem de maneira revolucionária, reacionária ou imobilista, mas deve ser reformista, “prudenciais por princípio” e conforme a “razão pública”, isto é, é a comunidade civil que é quem orienta como e quando algumas posições devem ser priorizadas em relação

a outras, e o agir de um estadista esta na leitura das informações fornecidas pela comunidade, pois, é de baixo para cima que se constrói uma sociedade e não de cima para baixo, em outras palavras: as decisões não podem vir do estadista para a população, mas ao contrário, a sociedade civil, unida, que informa seu “sentimento” em relação a determinado assunto e somente aí o governante age, porque dificilmente um individuo cumpre com determinação uma ordem que ele não sente ser “natural”.

É notória a importância da prudência no processo deliberativo. É ela, a prudência, que será a mentora do processo decisório. O espírito que movimenta as mudanças deve ser de conservação e não de “progresso”, em outras palavras, o alvo da mudança deve ser a parte afetada e não a não afetada. Muda-se a parte visando conservar o todo, assim, as mudanças necessárias são feitas sem fazer com que aquilo que vinha dando certo ao longo das gerações seja desconstruído pelo desejo de mudança desmedido de poucos indivíduos.

Para evitar, portanto, os males da inconstância e versatilidade, dez mil vezes piores do que aqueles da obstinação e do preconceito cego, nós consagramos o Estado, para que nenhum homem se aproxime para perscrutar seus defeitos ou corrupções sem a devida cautela, para que nunca sonhe em começar sua reforma por sua subversão, para que ele lide com as falhas do Estado como se fossem as feridas de um pai, com temor piedoso e trêmula solicitude. Por esse preconceito sábio, somos ensinados a olhar com horror para os filhos de seu pais que estão prontos a precipitadamente cortar esse pai envelhecido em pedaços e coloca-lo no caldeirão de mágicos na esperança de que suas ervas venenosas e seus encantamentos selvagens possam regenerar a constituição paternal e trazer seu pai de volta á vida. (BURKE, Edmund, 1790, p. 153).

A sociedade não é uma cobaia para que “cientistas sociais” possam fazer suas experiências de índole metafísica. Um estadista quando age, lida com a saúde e com a doença, com a satisfação e com a insatisfação, com a felicidade e com a tristeza, com a vida e com a morte de muitas pessoas, por isso, tem o dever de ser cauteloso. Agir subsidiado pela prudência é o método mais seguro para que um governante possa alcançar bons resultados em suas deliberações, pois quando ele está apoiado na tradição não se faz necessário iniciar a sociedade do zero para solucionar problemas pontuais.

## 6. Considerações Finais

No presente artigo, validamos a tese de que o conservadorismo político é incompatível com as práticas revolucionárias, imobilistas e reacionárias, e que em nada tem a ver com o “espantinho” que foi criado por seus inimigos ideológicos. Vivendo em um ocidente plural composto por diversos valores e culturas, um estadista conservador – ou influenciado pelas

ideias conservadoras -, consciente dos limites intelectuais e morais que compõe sua natureza e atento ao que disse o iluminista britânico; “Um Estado sem meios para efetuar mudanças também não tem meios para garantir sua conservação” (BURKE. p. 52), agirá inspirado pela tradição, mas sem se desviar das necessidades do presente e das obrigações para com o futuro. Conservando os valores primários e secundários – os secundários, na medida de sua necessidade -, e visando evitar os males primários e todos os outros. Por isto, o conservadorismo político é uma excelente ferramenta auxiliar em momentos decisórios, já que utiliza com maestria a “sabedoria sem reflexão”, não descarta os saberes atuais e age sempre pensando nas consequências futuras de sua conduta. Guiado por um “espírito prudencial”, pensa em reformas que possam ajudar na manutenção – ou no resgate - da estabilidade política, social e econômica, para que com isso, os indivíduos possam usar de seu espaço de manobra para gerenciar suas próprias vidas. Isto não significa que o Estado fugirá de suas obrigações quando acionado, mas significa que o protagonismo na tomada de decisões no que tange à vida particular dos indivíduos, está nas mãos dos próprios indivíduos e não nas mãos do Estado.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução na França**. Marcelo Gonzaga de Oliveira e Giovanna Louise Libralon. 4 Edição. Campinas, São Paulo: Vide Editorial, 2017.

PEREIRA COUTINHO, João. **As Ideias Conservadoras: Explicadas a Revolucionários e Reacionários**. 1 Edição. São Paulo: três Estrelas, 2018.